

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	759.241.529
Preferenciais	0
Total	759.241.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.627.199	1.648.882
1.01	Ativo Circulante	55.931	58.586
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.466	4.184
1.01.03	Contas a Receber	20.992	26.437
1.01.03.01	Clientes	20.800	26.270
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	192	167
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.964	1.143
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.964	1.143
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.626	2.232
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.883	24.590
1.01.08.03	Outros	24.883	24.590
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	24.883	24.590
1.02	Ativo Não Circulante	1.571.268	1.590.296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.187	25.366
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.295	9.838
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	14.892	15.528
1.02.03	Imobilizado	1.529.039	1.552.571
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.520.263	1.539.285
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.776	13.286
1.02.04	Intangível	12.042	12.359
1.02.04.01	Intangíveis	12.042	12.359

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.627.199	1.648.882
2.01	Passivo Circulante	101.299	112.571
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	153	143
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	153	143
2.01.02	Fornecedores	10.309	15.258
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.309	15.258
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.075	3.604
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	477	1.028
2.01.03.01.02	Inss	154	133
2.01.03.01.03	Pis/Cofins	253	848
2.01.03.01.04	Outros	70	47
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.439	2.434
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	159	142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.582	45.534
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.495	46.470
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.495	46.470
2.01.04.02	Debêntures	-913	-936
2.01.06	Provisões	42.180	48.032
2.01.06.02	Outras Provisões	42.180	48.032
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.995	10.816
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.194	1.194
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	27.991	34.698
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.876	1.317
2.01.06.02.07	Credores diversos	1.124	7
2.02	Passivo Não Circulante	727.613	727.299
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	677.075	681.214
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	420.739	441.276
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	420.739	441.276
2.02.01.02	Debêntures	256.336	239.938
2.02.02	Outras Obrigações	29.329	24.752
2.02.02.02	Outros	29.329	24.752
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	29.329	24.752
2.02.04	Provisões	21.209	21.333
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.663	1.092
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.663	1.092
2.02.04.02	Outras Provisões	19.546	20.241
2.03	Patrimônio Líquido	798.287	809.012
2.03.01	Capital Social Realizado	759.242	759.242
2.03.04	Reservas de Lucros	49.770	67.373
2.03.04.01	Reserva Legal	3.369	3.369
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	30.400	48.003
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	16.001	16.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.725	-17.603

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	39.756	87.491	25.733	47.160
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-40.771	-62.157	-20.351	-32.888
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-4.735	-9.488	-4.775	-9.604
3.02.02	Outros custos operacionais	-3.229	-7.911	-2.878	-2.890
3.02.03	Depreciação e amortização	-9.392	-18.789	-9.761	-16.499
3.02.04	Uso do bem publico	-93	-187	-93	-187
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-20.283	-22.283	-493	-525
3.02.06	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-3.039	-3.499	-2.351	-3.183
3.03	Resultado Bruto	-1.015	25.334	5.382	14.272
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.006	-2.535	-129	-251
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.006	-2.566	-206	-399
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-99	-198	18	-161
3.04.02.05	Honorários da diretoria e conselho de administração	0	0	-69	-69
3.04.02.06	Administrativas e gerais	-616	-1.733	-46	-60
3.04.02.07	Pessoal	-291	-635	-109	-109
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	31	77	148
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.021	22.799	5.253	14.021
3.06	Resultado Financeiro	-19.589	-38.981	-13.980	-22.680
3.06.01	Receitas Financeiras	1.397	2.328	694	1.539
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.986	-41.309	-14.674	-24.219
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-21.610	-16.182	-8.727	-8.659
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.347	5.457	11	0
3.08.01	Corrente	1.890	0	11	0
3.08.02	Diferido	5.457	5.457	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.263	-10.725	-8.716	-8.659
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.263	-10.725	-8.716	-8.659
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.01.01	ON	-0,01900	-0,01400	-0,01200	-0,01200

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-14.263	-10.725	-8.716	-8.659
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.263	-10.725	-8.716	-8.659

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	40.565	53.791
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	41.661	32.338
6.01.01.01	Prejuízo do período	-10.725	-8.659
6.01.01.02	Depreciação e amortização	19.174	16.847
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.457	0
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	474	0
6.01.01.05	Encargos de dívidas	38.154	24.146
6.01.01.06	Outras variações monetária líquidas	71	22
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-4	-18
6.01.01.08	Atualização monetária - impostos a recuperar	-26	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.096	21.453
6.01.02.01	Impostos a compensar	-795	-305
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	600	-34
6.01.02.04	Fornecedores	-4.949	-3.869
6.01.02.05	Salários e obrigações	10	-316
6.01.02.06	Tributos e contribuições sociais a recolher	-529	-5.583
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	1.120	-6.049
6.01.02.08	Outros ativos circulantes	-18	-52
6.01.02.09	Contas a receber	5.470	56.138
6.01.02.10	Encargos sociais	1.488	1.086
6.01.02.11	Provisão para compensação ambiental	-1.821	6.407
6.01.02.12	Provisão para constituição de ativos	-2.184	-25.929
6.01.02.13	Contingências	571	484
6.01.02.14	Outros exigíveis a longo prazo	-695	-525
6.01.02.15	Outros ativos não circulantes	636	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-615	-36.247
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	-293	-18.741
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-315	-16.550
6.02.03	Aplicações no intangível	-7	-956
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-37.668	-17.232
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.577	0
6.03.04	Amortização de principal e pagamento de juros de financiamento	-42.245	-16.099
6.03.05	(-) Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-1.133
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.282	312
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.184	28.897
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.466	29.209

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.725	0	-10.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.725	0	-10.725
5.07	Saldos Finais	759.242	0	67.373	-28.328	0	798.287

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.04	Transações de Capital com os Sócios	159.660	0	0	0	0	159.660
5.04.01	Aumentos de Capital	159.660	0	0	0	0	159.660
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.659	0	-8.659
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-8.659	0	-8.659
5.05.02.06	Prejuízo do período	0	0	0	-8.659	0	-8.659
5.07	Saldos Finais	735.742	0	67.373	-8.659	0	794.456

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	95.046	52.829
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	95.015	52.681
7.01.02	Outras Receitas	31	148
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.908	-15.752
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.908	-15.752
7.03	Valor Adicionado Bruto	51.138	37.077
7.04	Retenções	-19.174	-16.847
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.174	-16.847
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	31.964	20.230
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.328	1.539
7.06.02	Receitas Financeiras	2.328	1.539
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.292	21.769
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.292	21.769
7.08.01	Pessoal	869	544
7.08.01.01	Remuneração Direta	640	425
7.08.01.02	Benefícios	161	25
7.08.01.03	F.G.T.S.	68	94
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.553	5.631
7.08.02.01	Federais	2.553	5.631
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.595	24.253
7.08.03.01	Juros	38.154	24.146
7.08.03.02	Aluguéis	286	0
7.08.03.03	Outras	3.155	107
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.725	-8.659
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.725	-8.659

Comentário do Desempenho

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, a fim de assegurar a transparência.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) administrativo financeiro;
- (ii) de relações com investidores, e
- (iii) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um conselho fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do conselho fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Comentário do Desempenho

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	30/06/2016	30/06/2015	Variação %
Receita operacional bruta	95.015	52.681	80,4%
(-) Deduções da receita operacional	(7.524)	(5.521)	36,3%
Receita operacional líquida	87.491	47.160	85,5%
(-) Custos operacionais	(62.157)	(32.888)	89,0%
Lucro bruto	25.334	14.272	77,5%
(-) Despesas/receitas operacionais	(2.535)	(251)	910,0%
(-) Despesas/receitas financeiras	(38.981)	(22.680)	71,9%
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(16.182)	(8.659)	86,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.457	-	100,0%
Prejuízo do período	(10.725)	(8.659)	23,9%
Ativo total	1.627.198	1.657.670	-1,8%
Investimentos	1.541.081	1.590.674	-3,1%

Comentários relevantes

Em 30 de junho de 2016 a Companhia encontra-se em operação plena de suas atividades, por essa razão a receita operacional bruta apresenta 80,4% de variação se comparada ao mesmo período de 2015. Os custos operacionais do período apresentam se em linha com a receita operacional bruta.

O resultado financeiro do período apresenta se em linha com a receita operacional bruta.

As datas de entrada em operação das três turbinas do empreendimento foram detalhadas no item 1 deste relatório.

Dado que a Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, e de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

EBITDA

(Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo do período	(10.725)	(8.659)
(+) Resultado financeiro	38.981	22.680
(+) Depreciação e amortização	19.611	16.847
(-) IR/CS diferidos	(5.457)	-
(=) EBITDA	42.410	30.868

Comentário do Desempenho

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(45.582)	(45.534)
Não circulante	(677.075)	(681.214)
Dívida total	(722.657)	(726.748)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	31.349	28.774
Dívida líquida	(691.308)	(697.974)
Patrimônio líquido	798.287	809.012
Índice de endividamento líquido	0,87	0,86

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 30 de junho de 2016 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha no seu quadro 16 colaboradores.

5. Responsabilidade socioambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: centros voltados à criação artística, incentivo cultural, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico.

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

- Programa de Resgate de Fauna;
- Programa de Resgate de Ictiofauna e Invertebrados Aquáticos;
- Programa de Controle Ambiental da Obra;
- Programa de Qualificação de mão de obra e estágio para jovens;
- Programa de Apoio a Projetos Esportivos e Culturais;
- Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
- Programa de Apoio aos Agricultores Familiares e Comunidades Ribeirinhas;
- Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
- Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
- Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
- Programa de Apoio à Elaboração de Planos Diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
- Programa de Gestão Socioambiental Integrada.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento:

- Programa de Incentivo à Pesquisa;
- Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
- Programa de Apoio a Descentralização da Gestão Ambiental em Ferreira Gomes e Porto Grande;

Comentário do Desempenho

Programa de Monitoramento Limnológico;
Programa de Monitoramento de Peixes e Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico e Meteorológico;
Programa de Desenvolvimento de Fornecedores locais;
Programa de Suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari;
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

6. Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou com Ferreira Gomes Energia S.A. (“Companhia”), o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 03 (três) anos.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2016, bem como as informações trimestrais, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações trimestrais – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro de 2016, com a emissão de relatório de revisão sobre essas informações trimestrais - ITRs; (ii) leitura do Formulário de Referência; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com a emissão de relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou a “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia foi vencedora do leilão de energia nova 003/2010 cuja contratação foi feita no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assinando a Companhia contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, porém merece destaque que antecipou a entrada em operação de duas unidades geradoras conforme abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$45.368, decorrente principalmente dos pagamentos significativos que estavam programados para a conclusão da obra. A Alupar Investimento S.A., controladora da Companhia, está comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações. Em 30 de junho de 2016 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações contábeis

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 08 de agosto de 2016.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelo comitê dos pronunciamentos contábeis (CPC), que tratam dos relatórios intermediários, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM. Estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, IFRS e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2016.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

1.2 Contas a receber de clientes

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 30 de junho de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

1.5 Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 30 de junho de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado.

Notas Explicativas

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012.

3.6 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI, a valor presente, e a contrapartida na conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

3.7 Tributação

7.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

7.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.9 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

3.10 Reconhecimento da receita

3.10.1 Receita de geração de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

3.10.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos novos ou revisados

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Notas Explicativas

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período.	A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 16 – Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	30/06/2016	31/12/2015
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>			
Fundo fixo		3	-
Banco conta movimento		5.024	2.324
Aplicações financeiras de liquidez imediata	De 0 a 20% do CDI	4	2
Certificados de depósitos bancários	De 85 a 100% do CDI	1.435	1.858
		<u>6.466</u>	<u>4.184</u>

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Certificados de depósitos bancários – CDB's, realizado com instituições do mercado financeiro nacional.

6 Títulos e valores mobiliários

	30/06/2016	31/12/2015
<u>Títulos e valores mobiliários</u>		
Ativo circulante	24.883	24.590
	<u>24.883</u>	<u>24.590</u>

Este saldo refere-se a garantia do contrato de debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão. E, também a garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo.

Notas Explicativas

7 Contas a receber de clientes

O saldo de 30 de junho de 2016 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de maio e junho, e que terão sua liquidação julho de 2016. Cabe ressaltar que os valores faturados de suprimento de energia elétrica são recebidos em 3 parcelas decendiais que são liquidadas a partir dos dias 15, 25 e 05 dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR's.

	30/06/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	17.594	19.666
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre	3.206	6.604
	20.800	26.270

8 Despesas pagas antecipadamente

	30/06/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
Adiantamentos para viagens	4	10
Prêmio de seguros - diversos	354	954
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.268	1.268
	1.626	2.232
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	14.892	15.528
	14.892	15.528
	16.518	17.760

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

A postergação do pagamento do prêmio de risco para fazer frente aos efeitos de 2015 é de 13 anos e 3 meses a partir de janeiro de 2016, com início de pagamento de prêmio a partir de 01 de abril de 2029 à CCRBT – Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias e término em 31 de dezembro de 2044. (data de término do suprimento dos CCEARs).

O montante repactuado na data de 30 de junho de 2016 é de R\$ 16.160 segregado entre circulante e não circulante. O registro consistiu na criação de uma Despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado. A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização do prêmio de seguro do risco hidrológico.

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	30/06/2016	31/12/2015
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	729	553
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	439	99
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	414	73
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	134
Imposto sobre Serviços - ISS	102	102
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	141	178
	<u>1.964</u>	<u>1.143</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	15	10
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	154	133
Imposto sobre Serviços - ISS	159	142
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.439	2.434
Programa de Integração Social - PIS	45	150
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	208	698
Outros	55	37
	<u>3.075</u>	<u>3.604</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição dos tributos por exercício

Exercício findo em 2010	(82)
Exercício findo em 2011	(667)
Exercício findo em 2012	(702)
Exercício findo em 2013	(1.523)
Exercício findo em 2014 - lucro presumido	-
Exercício findo em 2015	(25.962)
Período findo em 30.06.2016	(16.147)
	<u>(45.083)</u>

	Imposto de Renda Diferido	Contribuição Social Diferida
b) Base de Cálculo IR e CSLL	(45.083)	(45.083)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>11.246</u>	<u>4.049</u>
Total IRPJ e CSLL Diferido	11.246	4.049

Este saldo foi composto por prejuízos acumulados conforme demonstrado acima, o qual a sua recuperabilidade, está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IR/CSLL diferidos em seus próximos exercícios.

Notas Explicativas

	Saldo de Tributo Diferido em 2015	Constituição de Tributo Diferido no Período	Saldo de Tributo Diferido em 30/06/2016
c) Compensação de Prejuízo Fiscal	(28.936)	-	(45.083)
Imposto de renda diferido	7.234	4.012	11.246
Contribuição social diferido	2.604	1.445	4.049
	9.838	5.457	15.295

11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até o período findo em 30 de junho de 2016 representam, substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 30 de junho de 2016:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2016
Imobilizado em serviço					
Terrenos		16.708	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	815.620	-	-	815.620
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,75%	601.122	-	-	601.122
Veículos	18,78%	933	10	(527)	416
Móveis e utensílios	6,35%	2.426	31	(25)	2.432
Total do imobilizado em serviço		1.577.455	41	(552)	1.576.944
(-) Depreciação acumulada					
Reservatórios, barragens e adutoras		(18.923)	(8.734)	-	(27.657)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(3.734)	(1.724)	-	(5.458)
Máquinas e equipamentos		(14.797)	(8.279)	-	(23.076)
Veículos		(553)	(34)	339	(248)
Móveis e utensílios		(163)	(79)	-	(242)
Total da depreciação acumulada		(38.170)	(18.850)	339	(56.681)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.539.285	(18.809)	(213)	1.520.263
Imobilizado em curso					
Veículos		933	-	(261)	672
Adiantamento a fornecedor		10.413	(4.523)	-	5.890
Depósitos judiciais		1.940	274	-	2.214
Total do ativo imobilizado em curso		13.286	(4.249)	(261)	8.776
Total do imobilizado		1.552.571	(23.058)	(474)	1.529.039

Notas Explicativas

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldo em 30/06/2016
Intangível em serviço				
Uso do bem público	3,19%	11.769	-	11.769
Sotfware	19,67%	732	-	732
Outros intangíveis	13,39%	956	7	963
Total intangível em serviço		13.457	7	13.464
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público		(437)	(187)	(624)
Sotfware		(154)	(73)	(227)
Outros intangíveis		(507)	(64)	(571)
Total amortização		(1.098)	(324)	(1.422)
Total do intangível		12.359	(317)	12.042

Uso do bem público - conforme estabelecido no contrato de concessão a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, e este montante trazido a valor presente, e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

13 Fornecedores

	30/06/2016	31/12/2015
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	1.864	1.919
Materiais e serviços	8.445	13.339
Total	10.309	15.258

Notas Explicativas

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Encargos	30/06/2016			31/12/2015			
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	
Moeda nacional - circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	14.462	717	15.179	14.359	784	15.143
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	5.724	284	6.008	5.683	312	5.995
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	646	32	678	642	34	676
BNDES - Subcrédito D	2,5%	24.705	165	24.870	24.705	191	24.896
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	-	406	406	-	383	383
(-) custo de captação - a amortizar		(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total		43.978	1.604	45.582	43.830	1.704	45.534
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	200.058	-	200.058	205.822	-	205.822
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	79.181	-	79.181	81.462	-	81.462
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	8.934	-	8.934	9.191	-	9.191
BNDES - Subcrédito D	2,5%	135.875	-	135.875	148.228	-	148.228
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	269.855	333	270.188	254.137	312	254.449
(-) custo de captação - a amortizar		(17.161)	-	(17.161)	(17.938)	-	(17.938)
Total		676.742	333	677.075	680.902	312	681.214
Total geral		720.720	1.937	722.657	724.732	2.016	726.748

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 30 de junho de 2016 foram liberados o montante de R\$ 468.310. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cuja a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será 15 de dezembro de 2022. Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES, foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. E, até 31 de de abril de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53.610 ao principal da dívida.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Notas Explicativas

Em razão da apuração ser anual, não houve apuração desses índices para o contrato com o BNDES.

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Em 15 de junho de 2015 a Companhia realizou o primeiro pagamento semestral dos juros remuneratórios. Durante o período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, e quando o montante de juros correspondente a parcela da TJLP vier a exceder os 6% ao ano, este valor também será incorporado ao principal. Até o período findo em 30 de junho de 2016 foram incorporados o montante de R\$ 29.073. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá:

Notas Explicativas

- comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Para o segundo trimestre findo em 30 de junho de 2016 a empresa atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) estabelecidos no contrato de debêntures, porém a Companhia não encontra-se inadimplente perante o cumprimento de tal índice, pois de acordo com cláusula VII, item 7.2, subitem (xxxiii) da Escritura se faz necessário dois trimestres consecutivos de não atendimento do índice para descumprimento dos covenants. Cabe esclarecer que no primeiro trimestre findo em 31 de março de 2016 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

a. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2015	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	30/06/2016
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	220.966	-	10.380	(16.112)	215.234
BNDES - Subcrédito B	87.456	-	4.108	(6.376)	85.188
BNDES - Subcrédito C	9.868	-	465	(719)	9.614
BNDES - Subcrédito D	173.124	-	2.085	(14.462)	160.747
3º emissão de debêntures	254.833	-	20.337	(4.576)	270.594
(-) custo de captação - a amortizar	(19.499)	-	779	-	(18.720)
Total	726.748	-	38.154	(42.245)	722.657

	31/12/2014	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/12/2015
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	223.906	-	18.868	(21.808)	220.966
BNDES - Subcrédito B	88.620	-	7.469	(8.633)	87.456
BNDES - Subcrédito C	9.999	-	843	(974)	9.868
BNDES - Subcrédito D	188.044	-	4.602	(19.522)	173.124
3º emissão de debêntures	224.086	-	39.204	(8.457)	254.833
(-) custo de captação - a amortizar	(19.891)	(1.133)	1.525	-	(19.499)
Total	714.764	(1.133)	72.511	(59.394)	726.748

Notas Explicativas

- b. Em 30 de junho de 2016, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Principal e encargos	23.850	48.238	53.101	57.694	511.353	694.236
(-) custo de captação a amortizar	(890)	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(11.594)	(17.161)
	<u>22.960</u>	<u>46.679</u>	<u>51.542</u>	<u>56.135</u>	<u>499.759</u>	<u>677.075</u>

15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	30/06/2016	Realizações	Transferência entre naturezas	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	10.320	(5.973)	(5.639)	21.932
Montagem	13.235	-	7.243	5.992
Obras civis	4.436	(734)	(1.604)	6.774
Total	<u>27.991</u>	<u>(6.707)</u>	<u>-</u>	<u>34.698</u>

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

16 Provisão para gastos ambientais

	30/06/2016	Realizações	31/12/2015
Passivo circulante	8.995	(1.821)	10.816
Passivo não circulante	11.044	-	11.044
Total	<u>20.039</u>	<u>(1.821)</u>	<u>21.860</u>

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 30 de junho de 2016. A contrapartida pela constituição dessas provisões foram registradas no ativo imobilizado.

Notas Explicativas

17 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se:

(i) Demandas Trabalhistas: 56 Processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 1.602.

(ii) Demandas Cíveis: 03 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 61.

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda possível não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 30 de junho de 2016 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(ii) Demandas Cíveis: Atualmente existem 8 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 2.707, com natureza de risco possível de perda. Além destes, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados.

Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAp (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.475;

Ação Cautelar Inominada nº 00005352820158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá em face da Ferreira Gomes Energia S/A e outros com o objetivo de produção de provas e apuração de responsabilidade pelo incidente de inundação ocorrido na cidade de Ferreira Gomes/AP no dia 07 de maio de 2015. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.000; e

Notas Explicativas

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

(iii) Demandas Trabalhistas: Não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza trabalhista com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

(iv) Demandas Arbitrais: Existe um procedimento arbitral com probabilidade de perda possível, a saber;

Procedimento Arbitral nº 21212/ASM, Instaurado pela TSK Energia Desenvolvimento Ltda, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. em tramite perante a Corte internacional de Comércio (“ICC” – International Chamber of Arbitration). Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de empreitada total e prazo determinado para a execução das montagens dos equipamentos eletromecânicos, hidromecânicos, sistemas e instalações” da UHE Ferreira Gomes. O valor em risco não pode ser estimado.

(v) Demandas Ambientais: Existem 2 Autos de Infração com probabilidade de perda possível, o qual transcrevemos abaixo:

Auto de Infração Ambiental nº 013596, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.

(vi) Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é Parte em processos de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400, atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta por Associação de Classe (APINE) contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 4.845.

Notas Explicativas

18 Partes relacionadas

8.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a ser celebrados com partes relacionadas, são avaliados a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

	30/06/2016	31/12/2015
Ativo circulante - partes relacionadas		
Alupar Investimento S/A - Venda de energia - ambiente livre	4.711	-
	4.711	-
Passivo não circulante - partes relacionadas		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A. (a)	29.329	24.752
	29.329	24.752
Receita - partes relacionadas		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	28.587	-
Venda de energia elétrica - Energia dos Ventos S.A. (b)	21.315	-
	49.902	-
Custo - partes relacionadas		
Compra de energia elétrica - Energia dos Ventos S.A. (b)	20.300	-
	20.300	-

- a. A companhia necessitou de recursos por parte da acionista Alupar Investimento S.A., que foram aportados no período de 08 de setembro de 2015 a 14 de junho de 2016 totalizando o montante de R\$ 29.329.
- b. Compra de energia elétrica, montante de 20,3 milhões refere-se a exposição negativa da Companhia na CCEE devido a necessidade de vender energia elétrica para os parques eólicos Energia dos Ventos, em função da recusa por parte da ANEEL de postergar o início de suprimento dos CCEARs dos parques eólicos Energia dos Ventos S.A. - partes relacionadas.

8.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/06/2016
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	470.783
Alupar	13/06/2011	Conselho de Administração	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	30/06/2017	161.000	4.830
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	270.594
Alupar	31/07/2014	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180833414 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	17/07/2015	17/07/2016	1.114	1
Alupar	24/11/2014	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181302814 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fianças)	02/12/2015	01/12/2016	2.270	12
Alupar	29/02/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180111216 - Referente a reclamação trabalhista	Prestação de Garantias (Fianças)	01/03/2016	24/02/2017	537	4

Notas Explicativas

8.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 18 de abril de 2016, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciam a qualquer remuneração. O plano de remuneração é rateado e assumido entre as demais partes relacionadas.

	30/06/2016	30/06/2015
Benefícios de curto prazo (a)	-	460
Benefícios pós-emprego	-	10
Total	-	470

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia, conforme AGE de 10 de julho de 2014 é de R\$ 700.000.

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	30/06/2016	31/12/2015
Alupar Investimento S.A.	759.241.528	759.241.528
Membros do conselho de administração	1	1
	759.241.529	759.241.529

Notas Explicativas

20 Resultado por ação

	30/06/2016	30/06/2015
Numerador		
Prejuízo do período	(10.725)	(8.659)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	759.241.529	735.741.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,014)	(0,012)

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

21 Receita operacional líquida

	30/06/2016	30/06/2015
Receita Bruta		
Suprimento de energia - ambiente regulado	45.113	41.139
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	49.902	-
Ajuste positivo CCEE	-	11.542
	95.015	52.681
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(1.122)	(862)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(5.170)	(3.971)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(853)	(478)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(379)	(210)
	(7.524)	(5.521)
Receita operacional líquida	87.491	47.160

Notas Explicativas

22 Custos e despesas operacionais

	30/06/2016		30/06/2015	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(9.488)	-	(9.604)	-
Compensação financeira	(3.499)	-	(3.183)	-
Utilização do Bem Público - UBP	(187)	-	(187)	-
Doações, contribuições e subvenções	(76)	-	-	-
	(13.250)	-	(12.974)	-
Custos gerenciáveis				
Energia elétrica comprada para revenda	(22.283)	-	(525)	-
Seguros	(1.238)	-	(141)	-
Aluguéis	(3)	(283)	(22)	(12)
Pessoal	(406)	(635)	(456)	(109)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	-	-	(69)
Material	(391)	-	(74)	-
Serviços de terceiros	(5.026)	(1.281)	(1.673)	(48)
Provisão para contingências	(626)	-	(484)	-
Outros custos	(145)	(169)	(40)	-
Outras receitas	-	31	-	148
	(30.118)	(2.337)	(3.415)	(90)
Depreciação e Amortização	(18.789)	(198)	(16.499)	(161)
	(18.789)	(198)	(16.499)	(161)
Total	(62.157)	(2.535)	(32.888)	(251)

23 Resultado financeiro

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.853	834
Juros s/ faturas a receber em atraso	445	660
Outras receitas financeiras	30	45
	2.328	1.539
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(38.154)	(24.146)
Outras despesas financeiras	(3.155)	(73)
	(41.309)	(24.219)
Resultado financeiro	(38.981)	(22.680)

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

24.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

24.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	30/06/2016		31/12/2015		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	6.466	6.466	4.184	4.184	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	24.883	24.883	24.590	24.590	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	20.800	20.800	26.270	26.270	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<u>52.149</u>	<u>52.149</u>	<u>55.044</u>	<u>55.044</u>		
Passivo						
Fornecedores	10.309	10.309	15.258	15.258	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	722.657	722.657	726.748	726.748	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<u>732.966</u>	<u>732.966</u>	<u>742.006</u>	<u>742.006</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa, equivalentes de caixa, e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

3ª emissão de debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença para o saldo contábil, uma vez que o valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site (www.pentagonotrustee.com.br), é o valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 30 de junho de 2016.

Notas Explicativas

24.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No período findo em 30 de junho de 2016, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

24.4 Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

24.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2016, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 24 de junho de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	Posição em 30/06/2016	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		6,72%	10,08%	13,44%	16,80%	20,16%
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	97	145	193	242	290
Títulos e Valores mobiliários	CDI	1.672	2.508	3.344	4.180	5.016

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2016 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 24 de junho de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 30 de junho de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 30/06/2016 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	269.855	3,42%	5,13%	6,84%	8,55%	10,26%
				27.286	32.199	37.112	42.025	46.938
BNDES subcrédito (A, B e C)	TJLP +	2,34%	288.173	3,75%	5,63%	7,50%	9,38%	11,25%
				17.803	23.332	28.862	34.392	39.921

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

24.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2016, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	9.665	467	177	-	-	10.309
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.523	33.059	69.638	168.002	439.435	722.657
Total	22.188	33.526	69.815	168.002	439.435	732.966

4.7 Gestão de capital

	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(45.582)	(45.534)
Não circulante	(677.075)	(681.214)
Dívida total	(722.657)	(726.748)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	31.349	28.774
Dívida líquida	(691.308)	(697.974)
Patrimônio líquido	798.287	809.012
Índice de endividamento líquido	0,87	0,86

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

Notas Explicativas

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 30 de junho de 2016.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco operacional	972.658	966	03/11/2016
Risco de responsabilidade civil geral	37.500	75	03/11/2016
Total	1.010.158	1.041	

27 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A

("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as Informações Trimestrais

São Paulo, 08 de agosto de 2016.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2016.

José Antonio Caseiro Vicente

Diretor Administrativo

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

São Paulo, 08 de agosto de 2016.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 30 de junho de 2016.

José Antonio Caseiro Vicente

Diretor Administrativo

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico